

Notícias: março a janeiro de 2012

Inventário Florestal Nacional é tema em encontro sobre baixo carbono no RJ

O Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para conhecer a quantidade e a qualidade desses recursos no país, será um dos temas do Workshop Plano da Cidade do Rio de Janeiro de Baixo Carbono: O Componente Florestal. O evento será promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) dos dias 26 a 28 de março. O diretor de Informações Florestais do SFB, Joberto Freitas, falará sobre o IFN e sobre as atividades do Inventário no estado do RJ. Entre os objetivos do encontro está desenvolver um “roadmap”, ou mapa do caminho com estratégias, potenciais parceiros e implementação de planos para construir capacidades para uma análise de longo prazo das florestas urbanas do Rio.

Publicado: segunda-feira, 26 de março de 2012, 14h18.

Serviço Florestal participa de encontro sobre melhoria na comercialização de produtos florestais comunitários

Especialistas se reúnem em Roma (Itália), entre os dias 26 e 28 de março para discutir estratégias que auxiliem comunidades a sair da produção de subsistência para benefícios econômicos que proporcionem o desenvolvimento local

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa a partir desta segunda-feira, 26, de um encontro promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Roma, na Itália, para discutir a comercialização dos produtos do manejo de florestas comunitárias.

O objetivo é desenvolver estratégias concretas para fortalecer a comercialização de madeira, óleos, sementes, frutos, cascas, por exemplo, para que os extrativistas saiam da produção de subsistência para um patamar em que a atividade traga benefícios reais para o desenvolvimento local.

“O manejo múltiplo da floresta, ou seja, de produtos madeireiros e não madeireiros, pode sim gerar renda e ser um fator para que as comunidades se desenvolvam socialmente e economicamente”, afirma o especialista da Gerência de Florestas Comunitárias do SFB, Daniel Mendes, que estará no encontro, intitulado Abrindo as riquezas da floresta para o desenvolvimento comunitário.

Temas

As discussões vão partir de um documento base que enumera desafios relacionados, por exemplo, à regulamentação que envolve direito de posse, taxas e impostos, planos de manejo e transporte e processamento de produtos florestais. Também estarão em pauta governança e transparência, acesso a mercados, financiamentos, capacitação e relação com órgãos governamentais.

A expectativa, segundo a FAO, é concluir o encontro com uma proposta de “roadmap”, ou mapa de caminho para as iniciativas seguintes, com a inclusão de áreas prioritárias para trabalho, prazos e escopo geográfico, além de propostas para ações em parcerias, mecanismos de coordenação e implementação, e papéis dos parceiros e colaboradores.

De acordo com a FAO, a área de floresta sob domínio de comunidades tem aumentado ao redor do mundo, mas os extrativistas ainda não obtêm os benefícios dos recursos florestais para sua melhoria de vida.

Segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, quase 50% das florestas públicas do país são de uso comunitário. Juntas, as terras indígenas, reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável, além de assentamentos da reforma agrária em áreas de floresta somam 144 milhões de hectares.

Publicado: segunda-feira, 26 de março de 2012, 14h17.

Comunidades da BR-163, no Pará, se preparam para aumentar renda com plantio de açaí

Grupo de trabalho dos Conselhos Consultivos da Flona Itaituba I e do Trairão, do qual faz parte do Serviço Florestal Brasileiro, e entidades parceiras realizam curso de mudas e viveiros que possibilitará aos agricultores familiares fazer e ampliar cultivos de espécies nativas

O Grupo de Trabalho formado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol (Coopamcol), além de instituições parceiras, promovem dos dias 19 a 23 de março um curso sobre mudas e viveiros para 20 produtores de comunidades situadas no entorno da Floresta Nacional (Flona) do Trairão na região da BR-163, no Pará. As atividades ocorreram na comunidade Monte Dourado, na vicinal do Cacau, município de Itaituba.

O objetivo da ação é fortalecer a capacidade dos comunitários de gerar renda com produção de açaí. Os agricultores familiares extraem o palmito e o fruto da espécie

e, com o curso, poderão ampliar a quantidade de palmeiras para manejo e também a produção.

Um dos primeiros benefícios será mais autonomia para as extrativistas. “A comunidade terá mudas para plantar, pois não existe oportunidade de aquisição de mudas na região por falta de produtores”, explica o chefe da Unidade Regional (UR) do Distrito Florestal da BR-163 do SFB, Fernando Ludke.

A produção própria reduz ainda o custo da muda, do deslocamento delas para as comunidades, além da viabilidade da própria muda, que não sofre com transporte e baldeio. Ao plantá-las, os agricultores conseguirão adensar a quantidade de palmeiras. “Eles terão um rendimento maior por área e poderão se deslocar menos para chegar aos açaizais”, diz Ludke.

Plantio conjunto

Embora o açaí seja uma das espécies de mais utilizadas pelos agricultores, o curso vai abordar técnicas para produzir também mudas de espécies florestais, como andiroba e ipê, que interessam às comunidades.

A capacitação abordará, inclusive, conceitos sobre a combinação de cultivos agrícolas com árvores, chamados de sistemas agroflorestais (SAFs). O cultivo em consórcio aumenta as opções de renda, pois o caixa do produtor tende a estar o tempo todo suprido, ora com a renda de uma espécie, ora de outra. “A introdução de SAFs visa cultivos consorciados para aproveitar mais a área antropizada. Culturas de ciclo curto dão retorno enquanto outra cultura está atingindo a fase de maturação”, afirma o chefe da Unidade Regional do SFB.

Segundo um dos integrantes do Grupo de Trabalho pelo Ipam, Edivan Carvalho, existem ainda outros benefícios. “Esta ação poderá ser um indicativo de alternativas a diversificação e recuperação ambiental de unidades produtivas familiares, além de incentivar a implementação de modelos produtivos que melhorem a geração de renda e alimentos”, afirma. O tema será abordado no curso pela Instituição, que conta com apoio do Projeto BR-163: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

Fomento

O curso conta com a participação de um técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira de Itaituba (Ceplac), que nos primeiros dias do curso, vão informar os agricultores, entre outros assuntos, sobre políticas que podem ser acessadas, financiamento e outras possibilidades de auxílio.

“Para nós, trata-se de auxílio essencial para continuidade e sucesso do apoio, as parcerias potencializam o uso de recursos públicos, concentram-se esforços numa mesma direção”, diz Ludke.

Juntos, o SFB, o ICMBio, o Ipam e a Coopamcol vêm trabalhando desde as primeiras atividades que deram origem à atual capacitação em mudas e sementes por meio do Grupo de Trabalho sobre açaí que foi criado e é composto por conselheiros da Flona Itaituba I. Este grupo realizou um diagnóstico participativo e, depois, um plano de ação.

O curso surgiu da demanda das comunidades dentro das discussões dos conselhos consultivos das Florestas Nacionais de Itaituba I, II e Trairão, geridas pelo ICMBio. A capacitação é resultado desses trabalhos e, pelo seu potencial, poderá ser ampliada para outras comunidades ao longo de cerca de 400 km da BR-163 e Transamazônica, nos municípios de Trairão, Itaituba e Rurópolis.

Publicado: segunda-feira, 19 de março de 2012, 14h19.

Serviço Florestal debate, na Itália, relatório de florestas da FAO para 2015

Especialistas vão discutir temas que deverão ser incluídos na próxima versão do documento, que funciona como instrumento de análise das florestas no mundo

Representantes de mais de 10 países e de organismos internacionais reúnem-se a partir desta segunda-feira, 12/03, em Ispra, na Itália, para discutir a preparação do próximo relatório mundial sobre florestas feito pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Os relatórios, chamados de Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais, ou *Global Forest Resources Assessment* (FRA), em inglês, são divulgados a cada cinco anos e produzidos com o auxílio de especialistas de diversos países, entre eles o Brasil, que será representado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

A ideia é que o próximo FRA, que será lançado em 2015, aborde questões como a pressão sobre as florestas e sua relação com a demanda por alimentos e combustíveis, por exemplo, e amplie sua capacidade de influenciar políticas, estimular a cooperação multilateral, além de ações para o uso sustentável dos recursos florestais.

“A presença do Brasil permite que participemos da formulação de mudanças e adaptações para o próximo levantamento, antecipando e evitando dificuldades e contribuindo para que as informações a serem produzidas pelo FRA 2015 ganhem em qualidade e sejam apresentadas em formato que possibilite o uso por um público cada vez maior”, afirma o diretor de Pesquisa e Informações Florestais do

SFB, Joberto Freitas, que no ano passado foi escolhido para exercer a vice-presidência do Grupo Consultivo do FRA até 2015.

Durante o encontro, será discutido o escopo e o conteúdo do próximo relatório, o processo para coleta das informações e de sua análise. Também será debatido como aprimorar o compartilhamento das informações e das experiências entre os países e as organizações parceiras para aumentar a qualidade dos dados e sua acessibilidade para os diferentes públicos que utilizam o documento.

Participam do encontro representantes da Alemanha, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, Finlândia, Índia, Indonésia, Rússia, Senegal e Suíça, além de integrantes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP).

Publicado: segunda-feira, 12 de março de 2012, 14h20.

Serviço Florestal e Semace planejam Inventário dos recursos florestais do Ceará

Atividades em campo devem começar ainda este ano. Técnicos vão visitar cerca de 350 pontos no Estado

Os recursos florestais do Ceará devem ser mapeados a partir deste ano para um levantamento nacional coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Inventário Florestal Nacional (IFN). Milhares de pontos serão avaliados em todo o país.

Em reunião no fim de fevereiro em Fortaleza (CE), uma equipe do SFB e da Superintendência Estadual de Meio Ambiente (Semace) discutiu os detalhes técnicos e de logística que darão suporte à realização do Inventário no estado.

A previsão é de que a primeira etapa do IFN, ou seja, o trabalho de campo, tenha início nos próximos meses. Essa fase compreende a visita a cerca de 350 pontos sistematicamente distribuídos em todo o estado.

Em cada ponto amostral, técnicos vão colher informações sobre altura, diâmetro, espécies, vitalidade e quantidade de árvores lá existentes, por exemplo. Também vão coletar amostras de plantas e solo, e registrar informações sobre a paisagem, como tipos de uso do solo, fragmentação florestal e situação da vegetação remanescente.

O Inventário inclui ainda entrevistas com pessoas que moram num raio de até 2 quilômetros do local de amostragem para saber como usam a vegetação e também

para conhecer sua percepção sobre a existência, uso e conservação dos recursos florestais.

O gerente de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto, explica que os resultados do IFN vão embasar a formulação de políticas públicas orientadas ao uso e conservação dos recursos florestais do Ceará. "Com os dados do IFN cada estado poderá estimar seus estoques de carbono, facilitando a implementação de políticas de pagamentos por serviços ambientais", exemplifica.

Além do Ceará, o Serviço Florestal já tem parceria com Sergipe, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul para a realização conjunta do Inventário. O estado de Santa Catarina foi o primeiro a finalizar o IFN, e deve ser seguido pelo Distrito Federal, onde a fase de coleta de dados foi concluída.

Publicado: quinta-feira, 08 de março de 2012, 14h20.

TRF da 1ª Região assegura concessão florestal em Saracá-Taquera, no Pará

Atuação administrativa do Serviço Florestal Brasileiro foi realizada corretamente, reconheceu o Tribunal

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) pode continuar com o processo de concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) Saracá-Taquera, no Pará.

Em voto aprovado pela Corte Especial por unanimidade, o desembargador Olindo Menezes afirma que a reforma de decisão proferida em março do ano passado, “acarretaria prejuízos ainda maiores para as comunidades locais, que perderiam benefícios concretos com a concessão das unidades de manejo, como oferta de empregos formais e recebimento de investimentos indiretos, para a preservação do meio ambiente”.

O documento diz que a modificação da sentença acarretaria ainda prejuízos para a Administração Pública, “que deixaria de cumprir contratos já assumidos e desperdiçaria todo o trabalho humano e recursos materiais utilizados em estudos, consultas, pesquisas e procedimentos necessários à criação da unidade de conservação e concessão para exploração racional dos seus recursos florestais”.

Agravio

A decisão do TRF responde a um agravo regimental (recurso) interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão de março de 2010 do TRF. O MPF solicitava o afastamento de todos os efeitos já implementados e dos atos subsequentes do procedimento licitatório para a concessão na Flona de Saracá-Taquera.

Mas no julgamento ocorrido no ano passado, o Tribunal já havia manifestado que “(...) o procedimento licitatório da concessão na Floresta Nacional de Saracá-Taquera foi precedido de estudos e cautelas que visam a assegurar a preservação dos componentes culturais das comunidades quilombolas (...)” e que, “(...) buscando garantir a integridade dos territórios pleiteados por essas comunidades, as unidades de manejo florestal foram delimitadas respeitando tais limites (...)”.

Concessão

A Flona Saracá-Taquera é a primeira do Pará a receber uma concessão florestal federal. Duas unidades de manejo florestal, que somam cerca de 50 mil hectares, foram licitadas e podem entrar em operação ainda este ano para produzir madeira de forma legal e sustentável, com empregos locais e investimentos para comunidades.

A concessão abrange somente áreas onde existam exclusivamente florestas. Locais onde haja presença humana são automaticamente excluídos da concessão florestal.

Para resguardar os direitos de extrativistas, ribeirinhos, além de comunidades quilombolas que pleiteiam a titulação de áreas, o SFB estabeleceu as unidades de manejo fora desses locais.

Antes de realizar a concessão florestal, o SFB realizou audiências públicas, momento em que a população local é ouvida e tem a oportunidade de colocar suas sugestões e demandas em relação ao processo de concessão, aumentando o seu controle social.

Publicado: quarta-feira, 07 de março de 2012, 14h21.

SFB levanta informações do setor florestal na região Sul

Objetivo é avaliar meios para fomentar atividade florestal na região

Um levantamento realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio da Unidade Regional Sul (UR Sul), reuniu informações dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná sobre como o setor florestal está estruturado, quais são os programas de fomento, de assistência técnica, como se dá o acesso ao crédito e quais as características do mercado, entre outros.

Segundo o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel, os dados ajudarão a avaliar e discutir uma estratégia de fomento florestal do órgão na região. “O setor florestal é uma das atividades econômicas mais importantes no Sul e as informações nos mostram um cenário em que podemos analisar qual será nossa atuação”, diz.

O documento mostra a força da área florestal na região. Só no Rio Grande do Sul, o faturamento anual do setor é de cerca de R\$ 8,2 bilhões, ou 4% do PIB. Em Santa Catarina, os produtos florestais representam o terceiro item de pauta nas exportações e, no Paraná, cerca de 750 mil empregos diretos e indiretos estão ligados ao setor.

Os estados do Sul estão ainda entre aqueles com as maiores áreas de florestas plantadas. Somadas, contam mais de 2 milhões de hectares, o que equivale a aproximadamente metade do território de países como a Suíça. Os produtos derivados dessas matérias-primas, como madeira serrada, celulose, papel, compensados e móveis estão entre os principais produtos de exportação desses estados.

Crédito

Foram identificados pelo menos cinco linhas de crédito federais que financiam atividades como o plantio de espécies florestais com fins energéticos, implantação de viveiros, reflorestamento e sistemas agroflorestais.

Apesar de haver recursos disponíveis, produtores ouvidos no levantamento apontam dificuldades para acessá-las. Parte dos entraves estaria na relação com as instituições financeiras, causada pela falta de divulgação dessas linhas e pelo calendário de liberação de financiamento estar direcionado ao calendário agrícola, apesar de a atividade florestal trabalhar com prazos produtivos diferentes.

Sobre assistência técnica, o levantamento aponta que, no caso do Paraná, a atividade envolve cinco fases de treinamento para os produtores, do primeiro contato até a fase pré-colheita. Mudas e formicidas são financiados e, em alguns casos, adubos também. A empresa fomentadora tem preferência na compra e pratica preços de mercado.

Em relação à formação de profissionais, a região Sul conta com 15 cursos de engenharia florestal ou industrial madeireira (dos cerca de 55 existentes no país), nos quais ingressam quase 900 alunos por ano. Os estados do Paraná e Rio Grande do Sul também contam com programas de mestrado e doutorado na área florestal.

O levantamento deverá prosseguir com a coleta de dados na região Sudeste, nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Os dois têm as maiores áreas de florestas plantadas do país. O estudo sobre a região Sul teve início em outubro do ano passado e envolveu a equipe de técnicos da UR Sul do SFB, localizada em Curitiba (PR).

Publicado: segunda-feira, 27 de fevereiro de 2012, 14h22.

Plano de investimentos para o FIP é avaliado em encontro com doadores

Técnicos do governo brasileiro e de países que poderão disponibilizar recursos de 70 milhões de dólares aprimoram proposta que será submetida a aprovação em abril



Um grupo de especialistas ligados ao Programa de Investimentos em Florestas (FIP, na sigla em inglês), segue em Brasília (DF) até sexta-feira, 17, em missão conjunta com técnicos do governo brasileiro de cerca de 10 órgãos federais, entre eles o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para discutir o Plano de Investimentos do Brasil para o FIP.

O FIP conta com cerca de 550 milhões de dólares para aplicação em países-piloto, entre eles o Brasil, para o qual estão previstos entre 50 e 70 milhões de dólares. O governo brasileiro elaborou uma proposta de uso dos recursos que é discutida, desde o início da semana, com o grupo.

“Um dos pontos fortes desse Plano de Investimentos é a coordenação entre diferentes ministérios, buscando sinergias e complementariedade entre ações governamentais”, afirma o diretor de Pesquisa e Informação do SFB, Joberto Freitas.

Plano

A proposta brasileira enfoca a promoção do uso sustentável das terras e a melhoria da gestão florestal no Cerrado, a fim de reduzir a pressão sobre as florestas remanescentes, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar o sequestro de CO₂.

Para alcançar esses objetivos, planeja-se investir em quatro ações: a regularização ambiental de imóveis rurais, a produção sustentável em áreas já convertidas para uso agropecuário, a implementação de sistema de monitoramento e alerta para prevenir incêndios florestais e a geração de informações florestais para gestão orientada à conservação e valorização dos recursos do Cerrado.

A geração de informações florestais comprehende duas atividades ligadas ao Serviço Florestal, que são o Inventário Florestal Nacional – levantamento, por

amostragem, da qualidade e quantidade das florestas no país – e o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), que reunirá, na internet, dados sobre características das florestas brasileiras, gestão florestal, ensino e pesquisa, estatísticas de produção florestal e políticas do setor, por exemplo.

Agenda

A semana tem sido marcada por apresentações e debates com o objetivo de aprimorar o Plano de Investimentos do país. Depois que for consolidada, a proposta brasileira será submetida à aprovação do subcomitê do FIP no final de abril. A sociedade civil pode contribuir com sugestões à minuta da proposta brasileira, disponível para consulta na internet, até 5 de março.

O grupo de técnicos do FIP que participa da missão conjunta tem representantes dos países doadores – Reino Unido, Noruega e Alemanha –, além de técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (Bird).

Pelo lado brasileiro, há especialistas de seis ministérios, que são Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Fazenda (MF), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Relações Exteriores (MRE). Também participam representantes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), Fundação Nacional do Índio (Funai/MJ), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Mapa) e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

Publicado: sexta-feira, 17 de fevereiro de 2012, 15h23.

COMUNICADO: SFB encerra seleção de servidores

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) encerrou no mês de fevereiro a seleção de servidores públicos federais para atuar em suas unidades em Brasília (DF), Santarém (PA), Porto Velho (RO), Curitiba (PR) e Natal (RN). Os selecionados receberão um e-mail informando sobre os próximos procedimentos e devem confirmar o interesse na vaga até 24 de fevereiro.

Os servidores selecionados serão requisitados, sem designação para cargo em comissão ou função de confiança, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens a que façam jus em seus órgãos de origem.

Publicado: quinta-feira, 16 de fevereiro de 2012, 15h24.

Concessão no Pará trará produção legal de madeira em Florestas Nacionais

Serviço Florestal cumpriu mais uma etapa para conceder 300 mil hectares na Flona do Amana, ao realizar as audiências públicas que precedem lançamento do edital



A concessão para a produção sustentável de madeira na Floresta Nacional (Flona) do Amana, situada no mosaico de unidades de conservação do eixo da BR-163, no oeste do Pará, deu mais um passo com a realização das audiências públicas com a população de Itaituba e de Jacareacanga.

Cerca de 130 pessoas das duas cidades, sedes dos municípios que abrigam a Flona, participaram das audiências entre os dias 31/01 e 02/02 para debater o edital preliminar de concessão, que permitirá a produção legal de madeira da Flona, o incremento da economia da região – que detém alguns dos indicadores socioeconômicos mais baixos do país –, e o combate à grilagem e ao desmatamento.

“O manejo florestal nas Florestas Nacionais da BR-163 gera empregos, oferta madeira legalizada e fortalece a economia dos municípios. Com isso, a sociedade não vê a unidade de conservação como empecilho e como área intocável”, afirma o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

As concessões florestais são a principal e mais importante forma de as florestas nacionais cumprirem os objetivos para os quais foram criadas, diz Hummel, e são um instrumento para evitar conflitos, exploração ilegal de madeira e todo tipo de invasão. “Temos ainda a obrigação de criar condições ideais para o funcionamento das concessões florestais, sem isso é difícil falar de uma economia florestal sustentável para a Amazônia e na efetividade das Florestas Nacionais”, afirma.

A previsão é de que os mais de 300 mil hectares que serão colocados sob concessão, em contratos de até 40 anos, gerem pagamentos em torno de R\$ 4,6 milhões, ofertem cerca de 150 mil metros cúbicos de madeira por ano e gerem até 1.600 empregos diretos e indiretos.

Uso sustentável

A Flona do Amana é uma das sete unidades de conservação criadas no oeste do Pará em 2006 com o objetivo de combater o desmatamento, que chegou a aumentar, na época, mais de 500% em determinadas áreas ao longo da BR-163 (Cuiabá – Santarém).

Com a concessão florestal, abriu-se a possibilidade de usar parte das áreas dessas unidades de conservação para a produção legal de madeira e assim contribuir para a melhora de indicadores socioambientais da região e para o uso da floresta de forma sustentável, com geração de emprego e renda.

Sem setores econômicos fortes, os dois municípios que abrigam a Flona registram baixos indicadores, como o PIB per capita, que em Itaituba situa-se abaixo da média estadual e nacional, sendo que Jacarecanga já registrou o menor PIB per capita entre os 5.564 municípios brasileiros.

O consultor técnico da Prefeitura de Itaituba, Jubal Cabral Filho, acredita que a concessão pode somar à economia local. “A gente acredita que vai valorizar ainda mais tudo que se tem por aqui”, diz.

Em Jacareacanga, que sobrevive do garimpo da exploração do ouro, a perspectiva é de mudanças. “Nós temos o início de uma pecuária, de uma agricultura, mas que ainda em nenhum momento satisfaz a necessidade da população. E a concessão florestal pode ser o segundo passo de muitos que essa região já deu. Essa exploração racional da floresta é para a gente um futuro maravilhoso”, diz o prefeito Raulien Queiroz.

As atividades de manejo na Flona passarão, primeiramente, pela abertura de uma licitação para concessão. Nas audiências públicas, a população apresentou sugestões para o edital de concessão e essas contribuições vão ajudar a compor o documento. Todas as proposições serão analisadas técnica e juridicamente.

As concessões no oeste do Pará incluem, além da Floresta Nacional do Amana, as flonas do Trairão, do Crepori e de Altamira.

Publicado: quinta-feira, 09 de fevereiro de 2012, 15h25.

Consulta pública avalia proposta do Brasil para Programa de Investimentos em Florestas

Inventário Florestal Nacional compõe plano brasileiro que é tema de reunião nesta terça em Brasília

O Plano de Investimentos do Brasil para o Programa de Investimentos em Florestas (FIP) é apresentado nesta terça-feira, 07, em Brasília (DF), em uma consulta pública que tem como objetivo construir, de forma participativa, as ações prioritárias do país para o FIP.

O Inventário Florestal Nacional (IFN) e o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), coordenados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), compõem um dos projetos previstos no Plano de Investimentos do Brasil.

O diretor de Pesquisa e Informação do SFB, Joberto Freitas, fará uma explanação sobre as características desse projeto, cujo objetivo geral é implementar o IFN no bioma Cerrado e consolidar o Snif como instrumentos de política capazes de produzir informações oportunas e de qualidade para tomadores de decisão dos setores público e privado sobre os recursos florestais e seu aproveitamento, contribuindo para a promoção de programas sustentáveis voltados à mitigação de emissões de gases de efeito estufa no Cerrado.

Além do IFN e do Snif, compõem a proposta brasileira ações relacionadas à agricultura de baixo carbono, cadastro ambiental rural e sistema de alerta de incêndios florestais, organizadas em dois eixos, um de Geração e Gestão de Informações Florestais e outro de aprimoramento da Gestão e Manejo de áreas já antropizadas.

Na parte da tarde, os convidados – técnicos do governo e representantes da sociedade civil – reúnem-se em grupos para debater os pontos fortes, o que pode ser aperfeiçoado e possíveis lacunas no Plano brasileiro.

Além da fase de consulta pública, composta pela reunião desta terça-feira e pelo recebimento de sugestões pela internet até o dia 5 de março, a proposta brasileira será apresentada para avaliação dos doadores do recurso, que só no Brasil deve ficar entre 50 e 70 milhões de dólares.

O FIP conta com aproximadamente 550 milhões de dólares para aplicação em oito países-piloto, selecionados dentre mais de 50 países em desenvolvimento. Além do Brasil, foram selecionados Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Indonésia, Laos, México e Peru.

Serviço

Consulta pública do Plano de Investimentos do Brasil para o FIP

Local: auditório da FINATEC – Av. L4 Norte, Campus Darcy Ribeiro/ UnB

Dia 07/02/2012

Horário: 9h às 18h

Publicado: terça-feira, 07 de fevereiro de 2012, 15h26.

Audiências públicas debatem concessão florestal no Pará



Cerca de 60 pessoas participaram da audiência pública realizada nesta terça-feira, 31/01, em Itaituba (PA), sobre a concessão na Floresta Nacional do Amana. Serão concedidos em torno de 300 mil hectares para a produção legal e sustentável de madeira por meio do manejo florestal. As sugestões recebidas nesta audiência e na que está sendo realizada nesta quinta-feira, 02/02, desde as 14 horas, horário local, em Jacareacanga (PA), ajudarão a elaborar o edital de concessão.

Na manhã desta quinta-feira, a equipe do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) responsável pela audiência reuniu-se com prefeito, secretários e vereadores de Jacareacanga (PA). Integram a equipe o diretor de Concessão Florestal, Marcus Vinicius Alves, o gerente executivo de Concessão Florestal, Marcelo Arguelles, e técnicos de Brasília e de Santarém.

As atividades da equipe estão sendo divulgadas no Facebook (<https://www.facebook.com/florestal.gov>) e Twitter (https://twitter.com/SFB_florestal) oficiais do SFB, pela Assessoria de Comunicação.

Publicado: quinta-feira, 02 de fevereiro de 2012, 15h30.

Consulta pública debate plano para investimento de mais de US\$ 50 milhões em ações no Cerrado

Cerrado é bioma foco das ações propostas no Plano

Entre 26 de janeiro e 5 de março, a população brasileira pode opinar sobre o [Plano de investimento do Brasil - FIP](#) para o Programa de Investimentos em Florestas (FIP), que prevê investimentos de um montante entre US\$ 50 e 70 milhões no Brasil. (Acesse aqui o [formulário da consulta](#))

O Plano contém proposta de articulação de algumas ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o bioma Cerrado – definido como foco geográfico da proposta. O Inventário Florestal Nacional (IFN), realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, é uma das ações contidas no Plano.

Ao articular diversas ações, o Plano visa potencializar os impactos das políticas voltadas à promoção do uso sustentável do Cerrado, contribuindo para a redução do desmatamento mediante geração e gestão de informações florestais e aprimoramento da gestão e manejo de áreas já antropizadas.

Esta consulta faz parte de um processo que incluirá oficina presencial, e que continuará durante a preparação dos projetos específicos propostos no âmbito deste Plano de Investimento.

Fundos de Investimento Climático

O FIP, criado no âmbito dos [Fundos de Investimento Climático \(CIF\)](#), visa catalisar políticas e ações e mobilizar fundos para facilitar a redução do desmatamento e da degradação florestal, e promover a melhoria da gestão sustentável das florestas, contribuindo para a redução de emissões e a proteção dos estoques de carbono florestal.

O FIP conta com aproximadamente US\$ 550 milhões para aplicação em oito países-piloto, selecionados dentre mais de 50 países em desenvolvimento. Além do Brasil, foram selecionados Burkina Faso, República Democrática do Congo, Gana, Indonésia, Laos, México e Peru.

Acesse aqui [mais informações sobre a consulta](#).

Publicado: terça-feira, 31 de janeiro de 2012, 15h35.

Serviço Florestal realizará audiências públicas sobre concessão no Pará

População de Itaituba e Jacareacanga, no oeste do estado, poderá opinar sobre pré-edital que selecionará empresas para realizar o manejo em 300 mil hectares da Flona do Amana

O Serviço Florestal Brasileiro vai realizar na terça-feira, 31/01, em Itaituba (PA), e na quinta-feira, 02/02, em Jacareacanga (PA), as audiências públicas sobre a concessão florestal de 300 mil hectares da Floresta Nacional do Amana, no oeste do Pará.

A população poderá conhecer o que é uma concessão florestal – instrumento que permite a empreendedores do setor madeireiro ter acesso a florestas públicas para produzir madeira legal e de forma sustentável – e opinar sobre a versão prévia do edital de concessão na Flona do Amana.

A audiência pública é um estágio fundamental no processo de concessão florestal, pois as sugestões recebidas dos cidadãos, sindicatos de trabalhadores rurais, organizações ambientalistas e associações, cooperativas ou entidades do setor empresarial, por exemplo, ajudam a elaborar o edital de licitação.

Madeira sustentável

Segundo a versão prévia do edital, que será apresentada na audiência e está disponível na [internet](#) serão ofertados mais de 300 mil hectares para a extração sustentável de madeira e produtos não madeireiros. Essa área está dividida em três unidades, uma de 30 mil hectares, outra de 133 mil hectares e outra de 140 mil hectares.

O empreendedor interessado em manejear uma dessas áreas deve participar de uma licitação – cujo edital é feito a partir dos debates na audiência pública – aberta pelo Serviço Florestal. Para isso, deve apresentar uma proposta de preço e uma proposta técnica.

Na proposta de preço, o candidato diz quanto pagará pelo metro cúbico de madeira, sendo que o valor mínimo é de R\$ 31,45. A proposta de preço vale 400 dos 1000 pontos que podem ser obtidos na licitação.

Os outros 600 pontos vêm da proposta técnica, formada por um conjunto de itens como número de empregos a serem gerados, investimentos para a comunidade, processamento local da madeira e aproveitamento dos resíduos florestais.

Os candidatos que conseguirem a melhor pontuação total recebem o direito de assinar um contrato de 40 anos com o Serviço Florestal. Parte dos recursos arrecadados, estimados em R\$ 4,6 milhões por ano, é destinada ao estado e aos municípios.

Contexto

Com a concessão florestal, o governo busca estimular a produção de madeira legal, dando a oportunidade a empreendedores de manejar áreas legalizadas e com regularidade fundiária, hoje um dos maiores entraves para a expansão do setor.

A região de influência da BR-163, que inclui os municípios de Itaituba e Jacareacanga, é prioritária e apresenta grande potencial para a produção sustentável de madeira. O oeste do Pará, que já registrou elevado desmatamento, reduzido com a criação de sete unidades de conservação em 2006, poderá retomar a produção, por meio das concessões, nas florestas nacionais.

Veja as datas, locais e horários das audiências:

Itaituba

Data: 31 de janeiro, terça-feira

Local: Instituto Federal do Pará, Campus Itaituba - Estrada do Jacarezinho, s/n - Bairro Maria Madalena

Horário: 14h

Jacareacanga

Data: 2 de fevereiro, quinta-feira

Local: Centro de Referência e Assistência Social - Rua Brasilino Barbosa, s/nº

Horário: 14h

Publicado: sexta-feira, 27 de janeiro de 2012, 15h39.

Consulta Pública - Plano de investimento do Brasil para o Programa de Investimentos em Florestas (FIP)

O documento estará em consulta pública do dia 26 de janeiro até o dia 5 de março de 2012



Está em consulta pública aberta, pela internet, o “Plano de Investimento do Brasil para o FIP”, cujo principal objetivo é construir de forma participativa as ações

prioritárias do País relacionadas ao [Programa de Investimentos em Florestas \(FIP\)](#). Esta consulta faz parte de um processo que incluirá oficina presencial, e que continuará durante a preparação dos projetos específicos propostos no âmbito deste Plano de Investimento.

Informações gerais sobre o FIP

Participação do Brasil

Em setembro de 2010, o Brasil confirmou seu interesse em participar do FIP. Desde então, o Governo Federal vem trabalhando no levantamento das prioridades da política florestal, considerando sua relevância e aderência às possíveis áreas de aplicação dos recursos sob as regras do FIP ([acesse aqui](#) mais informações).

Em maio de 2011, foi realizada uma missão de escopo. Nessa ocasião, o Governo brasileiro apresentou os potenciais eixos de investimento para o Plano de Investimento do Brasil para o FIP aos representantes dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, bem como a representantes de redes de movimentos sociais e ambientais e do setor privado envolvidos na agenda de mudança climática. Com isso, iniciou-se a discussão sobre o processo de participação e acompanhamento das atividades do Programa, que foi seguido de outras cinco sessões informativas presenciais com representantes da sociedade civil organizada, de governos estaduais, do setor empresarial e de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Consulta pública

A partir da abertura desta consulta pública pela internet, o Governo aprofundará o diálogo com a sociedade acerca do desenvolvimento, implementação e avaliação do Plano de Investimento do Brasil para o FIP. O engajamento desses atores nas várias etapas do Plano é fundamental para alcance dos objetivos e co-benefícios esperados.

O documento em consulta, o Plano de Investimento do Brasil, contém proposta de articulação de algumas ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o bioma Cerrado (foco geográfico definido para a proposta), construindo sinergias que potencializam os impactos de um conjunto de políticas setoriais voltadas à promoção do uso sustentável do Cerrado, contribuindo assim para a redução do desmatamento mediante (1) Geração e Gestão de Informações Florestais na escala do bioma e (2) aprimoramento da Gestão e Manejo de áreas já antropizadas.

Para responder à consulta pública:

1. Para saber mais sobre o processo de consulta aos setores, acesse o documento do [pdfPlano de Investimento do Brasil \(FIP\)](#)

2. [Acesse aqui](#) o formulário da Consulta Pública Plano de Investimento do Brasil para o FIP

Agradecemos a sua participação nesse processo.

Veja abaixo quadro-resumo com o contexto, desafios e a estratégia de intervenção do Plano de Investimento brasileiro proposto.

Publicado: quinta-feira, 26 de janeiro de 2012, 15h42.

Contratações de R\$ 1,3 mi beneficiam comunidades na Mata Atlântica e Amazônia

Ação fortalece produção de sementes e mudas para restauração florestal e geração de renda com o manejo florestal em reservas extrativistas

Em tempos de discussão de alteração no Código Florestal e da necessidade de recuperação e manejo florestal, o Serviço Florestal se antecipa apoiando atividades de transferência de conhecimento na área florestal.

Na última terça-feira, 24/01, foram assinados os contratos de capacitação e assistência técnica no valor total de R\$ 1,26 milhão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que vão beneficiar mais 300 famílias de extrativistas na Amazônia e cerca de 100 coletores de sementes e viveiristas na Mata Atlântica.

Com a contratação de todos os serviços para os beneficiários do primeiro conjunto de chamada de projetos, o FNDF entra em plena operação. “O Fundo se consolida como uma iniciativa de desenvolvimento florestal com recursos alocados diretamente para esse objetivo. Temos como meta atingir todos os biomas brasileiros” afirma diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Mata Atlântica

Na Mata Atlântica, serão atendidos coletores e viveiristas ligados a 10 projetos de produção de sementes e mudas de espécies nativas do bioma para a restauração florestal no Nordeste. As associações, viveiros e comunidades que receberão auxílio estão localizados em Porto Seguro (BA), Itacaré (BA), Ibicoara (BA), Medeiros Neto (BA), João Pessoa (PB), Ribeirão (PE) e Fernando de Noronha (PE).

Os beneficiários receberão capacitação, no mínimo 300 horas de assistência técnica e participarão de intercâmbios para a troca de experiências com outras comunidades. Os conteúdos a serem abordados compreendem desde procedimentos para a melhoria da produção até a comercialização.

Segundo o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero, o apoio aos produtores ajuda a enfrentar um dos gargalos para a restauração do bioma mais desmatado do país, que é a falta de sementes e mudas de espécies nativas. E a demanda tende a aumentar. “A exigência de recuperação de áreas com o novo Código Florestal, a conscientização da população e o papel da floresta no sequestro e estocagem de carbono devem elevar a procura”, diz o gerente.

Amazônia

Na Amazônia, mais de 300 famílias ao todo serão beneficiadas. Cerca de 60 delas fazem parte de duas associações de comunitários em Porto de Moz (PA), na Resex Verde para Sempre, que receberão assistência técnica para operar seus planos de manejo (PMFS), voltados à extração de produtos madeireiros e não madeireiros. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) colaborou na elaboração dessa Chamada do FNDF.

Serão realizados um diagnóstico dos planos de manejo, capacitações em atividades operacionais de manejo – pré-corte, manutenção, e arraste de toras, por exemplo –, 300 horas de assistência técnica por comunidade e intercâmbio entre os comunitários, entre outras.

Mais quatro associações que envolvem cerca de 240 famílias, ligadas à extração de óleo de andiroba e copaíba, sendo uma em Juruá (AM), na Resex Baixo Juruá, e três em Santarém (PA), na Resex Tapajós-Arapiuns, também serão atendidas. O apoio consiste na avaliação das condições em que o extrativismo ocorre, elaboração do PMFS e de plano de negócios, capacitações, assistência e intercâmbio.

“O objetivo é melhorar a renda dos beneficiários, promovendo a capacitação e assistência para o manejo florestal comunitário, e contribuir para que as comunidades mantenham a floresta em pé, vivam na floresta e da floresta”, afirma João Paulo Sotero.

Todos os contratos têm duração de 24 meses. Além dos contratos firmados nesta terça-feira, também com apoio do FNDF, está em execução desde o ano passado o contrato para apoio a agricultores familiares de cinco assentamentos na Caatinga, no Piauí para a promoção do manejo florestal.

Publicado: quinta-feira, 26 de janeiro de 2012, 15h40.

Concessão de floresta no Pará traz incentivos para novos investimentos no setor florestal

Pré-edital de concessão de 300 mil hectares na Flona do Amana (PA) incorpora medidas que reforçam a viabilidade econômica e a ampliação dos benefícios socioambientais do processo

Os novos mecanismos adotados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) com base na Lei de Gestão de Florestas Públicas para aperfeiçoar os editais de concessão já estão no pré-edital para a Floresta Nacional do Amana (PA).

Serão concedidos mais de 300 mil hectares de florestas para o manejo florestal, divididos em três unidades, uma de 29,9 mil hectares, outra de 133 mil hectares e uma de 140 mil hectares.

Entre as inovações está a adoção de um preço mínimo, único, pelo metro cúbico da madeira em tora. O valor foi fixado em R\$ 31,45, o que garante maior margem para a competição e consequentemente para a oferta de ágio entre os participantes na proposta de preço.

“O pré-edital incorporou aspectos que ampliam a possibilidade de participação de empreendedores do setor florestal, reduzem os custos de transação do processo e ampliam o controle da qualidade socioambiental dos empreendimentos” afirma o gerente de Concessões do SFB, Marcelo Arguelles.

Garantia

As mudanças atingem também a fase seguinte à licitação, com a flexibilização da apresentação da garantia contratual em três fases, de acordo com as etapas do processo produtivo. Anteriormente, a garantia era apresentada em um único momento.

Os concessionários pagarão somente 30% do valor da garantia como condição prévia à assinatura do contrato. O restante será pago após a aprovação do Plano de Manejo (30%) e do segundo plano operativo anual (40%), o que gera mais recursos para os investimentos iniciais.

“A compatibilização da garantia com as etapas do processo produtivo reduz seu peso financeiro e amplia a capacidade de investimento e alavancagem dos concessionários”, afirma Arguelles.

A modificação está amparada por resolução do Serviço Florestal publicada no segundo semestre do ano passado, mesma norma que também definiu o percentual máximo e mínimo para estipular a garantia, calculada em função da proposta de preço que o candidato oferece na licitação.

No pré-edital para a concessão na Flona do Amana, a garantia para a unidade de manejo pequena (30 mil hectares) será 40% do valor de referência do contrato e, para as unidades de manejo grandes (de 133 mil hectares e 140 mil hectares), de 60% do valor de referência do contrato.

Pagamentos trimestrais

Também há novidades em relação aos pagamentos que o concessionário deve fazer pelo metro cúbico da madeira extraída. A cobrança será trimestral, e não mensal, proporcionando que o fluxo de pagamentos se ajuste melhor à dinâmica produtiva e econômica do manejo florestal, conforme resolução do SFB.

"Reducir os custos financeiros da concessão significa ampliar os aspectos socioambientais e estimular os investimentos em infraestrutura", diz Luiz César Cunha Lima, Coordenador de Editais de Concessão Florestal do SFB.

A mudança foi introduzida pela norma que também redefiniu o calendário das obrigações financeiras, associando-o ao período de produção anual e transporte florestal. No caso do Valor Mínimo Anual (pagamento que deve ser realizado, independente da produção), sua cobrança deixa de ser na data de assinatura do contrato e passa a ser ao término do período de transporte da colheita florestal.

Medidas de controle e proteção estão sendo introduzidas nos pré-editais, como a obrigação dos concessionários estabelecerem programas de vigilância para as áreas.

Pequenas empresas e cooperativas

O pré-edital mantém os incentivos às pequenas empresas e cooperativas, como a isenção do pagamento do custo do edital de licitação. Além disto, quem receber a concessão da unidade de manejo pequena terá desconto de 80% no valor da auditoria florestal independente.

Confira o pré-edital e seus anexos.

Veja as datas, locais e horários das audiências:

Itaituba

Data: 31 de janeiro, terça-feira

Local: Instituto Federal do Pará, Campus Itaituba - Estrada do Jacarezinho, s/nº - Bairro Maria Madalena

Horário: 14h

Jacareacanga

Data: 2 de fevereiro, quinta-feira

Local: Centro de Referência e Assistência Social - Rua Brasilino Barbosa, s/nº

Horário: 14h

Publicado: quinta-feira, 19 de janeiro de 2012, 15h45.

Artigo: Afinal é possível ou não a chamada produção sustentável em florestas tropicais?

*José Natalino Macedo Silva**

Esta uma pergunta que constantemente se ouve no meio florestal. A resposta passa, em primeiro lugar, pelo entendimento da ecologia dessas florestas. Florestas tropicais se regeneram a partir da mortalidade natural das árvores (em média 2% das árvores morrem cada ano, o que é um pouco mais do que o dobro da taxa de mortalidade humana atual), ou a partir de eventos catastróficos como inundações, furacões, tempestades tropicais, deslizamento de terra, entre outros. Dependendo da intensidade e frequência desses eventos, essa recuperação pode levar de dezenas a centenas de anos. Se não forem convertidas a outros usos, diz-se que estão em equilíbrio dinâmico. O (bom) manejo de florestas tropicais tenta imitar esse processo, mas de modo controlado.

Em florestas tropicais onde se faz o aproveitamento do potencial madeireiro, ainda há muito ceticismo por parte de setores da sociedade quanto a essa capacidade. Nesse caso questiona-se, frequentemente, se o intervalo entre colheitas adotado (ciclo de corte) é suficientemente longo para permitir a recuperação do potencial produtivo da floresta. A história da silvicultura tropical nos mostra que ciclos muito longos, como os que já foram adotados em florestas africanas, que chegaram a ser de até 100 anos, não foram economicamente atrativos; no Sudeste da Ásia, em florestas onde predominam espécies da família Dipterocarpaceae, adotou-se um ciclo de 70 anos. Hoje em dia, adotam-se, de um modo geral, ciclos de corte que variam de 25 a 40 anos.

A Silvicultura Tropical não é uma atividade recente. Remonta há mais de 300 anos. Dawkins & Philip (1998) em seu livro “Silvicultura e Manejo de Florestas Úmidas Tropicais: uma história de sucessos e fracassos” nos ensinam que os sucessos sempre foram esquecidos em oposição aos fracassos, esses sempre lembrados. A sociedade não está devidamente informada, mas há inúmeros exemplos no mundo tropical de florestas bem manejadas tanto no passado, como no presente. A chave para o sucesso é a obediência às prescrições técnicas. Onde isso ocorreu houve sucesso. Na América Tropical o exemplo mais citado de floresta bem manejada é o Sistema Celos desenvolvido e aplicado no Suriname, que é um sistema de corte seletivo, ou sistema de manejo seletivo, o mesmo pesquisado há mais de 30 anos no Brasil. Esse sistema combina uma exploração bem planejada com silvicultura pós-colheita para garantir a sustentabilidade da produção volumétrica. No caso brasileiro, os resultados das pesquisas contribuíram decisivamente com a base técnica para a regulamentação do manejo florestal e foram incorporados à legislação ambiental (Instrução Normativa 5 de 11/12/2006 e Resolução 406 do CONAMA de 2/2/2009).

A chave para o sucesso de qualquer sistema manejo seletivo é a chamada “exploração de impacto reduzido – EIR”. Este termo, junto com a “exploração convencional – EC” passou a fazer parte da terminologia florestal tropical nessas duas últimas décadas, para diferenciar uma exploração planejada e cuidadosa em oposição à extração de madeiras com mínimo (ou sem) planejamento e sem preocupação com a qualidade e composição das futuras colheitas. De fato, a aplicação do termo “impacto reduzido” se justifica, pois as pesquisas têm demonstrado que a redução do impacto da exploração na floresta remanescente chega a 50-60% quando comparada à exploração convencional.

É importante que se entenda que o sistema de manejo seletivo aplicado em florestas tropicais não é direcionado a espécies individualmente ou a alguma espécie em particular. Sistemas direcionados a espécies individualmente, como o chamado “Sistema Uniforme Malaio” só são aplicáveis a florestas da família Dipterocarpaceae onde dezenas de espécies, os chamados “merantis”, são de alto valor comercial.

Em florestas da África e da América Tropical, o manejo é direcionado a grupos de espécies e considera, entre outras coisas, o mercado. Parte-se da premissa que a composição florística das diversas colheitas será diferente a cada ciclo, havendo predominância de um ou outro grupo em um determinado momento no tempo. Impossível colher-se o mesmo volume de uma determinada espécie a cada ciclo, devido às diferentes velocidades de crescimento e características ecológicas das espécies alvo do manejo. O fundamental nesse sistema é garantir a perpetuidade das espécies colhidas, deixando-se certo número de indivíduos para garantir a sua reprodução. Por exemplo, no caso brasileiro, legislação exige que se deixe 10% dos indivíduos com tamanho de corte como porta sementes, fora aqueles que estão situados em áreas de preservação permanente, cujo corte é proibido, e aqueles com diâmetros abaixo do limite imposto pela legislação (50 cm). Espécies com baixa ocorrência (três árvores a cada 100 hectares) não podem ser colhidas.

O ciclo de corte projetado para Planos de Manejo na região Amazônica é 25-35 anos considerando uma produtividade média de 0,86 m³ ha⁻¹ ano⁻¹ (Instrução Normativa 5 de 11/12/2006 e Resolução 406 do CONAMA de 2/2/2009). A estimativa desse ciclo foi baseada nos estudos de crescimento em parcelas permanentes realizados na região.

Em Seminário realizado no ano passado, a Embrapa Amazônia Oriental apresentou os resultados de 30 anos de pesquisa silvicultural na Floresta Nacional do Tapajós. Em uma área onde foram colhidos 72 m³ ha⁻¹ em 1979, intensidade mais do que o dobro da prevista na regulamentação do manejo florestal na Amazônia, a floresta recuperou 89% do volume de toda a comunidade com diâmetro ≥ 45 cm e 65 % das espécies comerciais a partir desse mesmo diâmetro; a biomassa total superou a de

uma floresta não explorada na mesma área. A produtividade volumétrica real observada foi de 1,9 m³/ha/ano e 0,9 m³/ha/ano respectivamente para toda as espécies e para as espécies comerciais. Esta última corrobora a prevista na legislação que é de 0,86 m³/ha/ano.

A exploração não causou alterações importantes na diversidade de espécies. Há uma dinâmica de entrada e saída de espécies como a que ocorre em florestas naturais, sem nenhuma intervenção. Trinta anos após a exploração há um estoque de espécies comerciais de 53 m³/ha com diâmetro ≥ 50 cm, suficiente para uma nova colheita obedecendo à regulamentação atual do manejo florestal na Amazônia (Instrução Normativa 5 de 11/12/2006) que, para um ciclo de 30 anos, limita a intensidade a 25 m³/ha.

Estamos no caminho certo. Até 2014 duas novas áreas estarão prontas para serem colhidas novamente, sendo uma delas ainda este ano.

Os franceses, para evitar polêmicas, chamam o manejo sustentável de “manejo durável”. Embora a sustentabilidade não seja tão fácil demonstrar em três décadas, a história da Silvicultura Tropical tem mostrado que é possível. E a sustentabilidade passa não somente pelos aspectos biológicos e ambientais, mas também pelo social e econômico. As concessões florestais, finalmente estabelecidas em nosso país, estão ai para demonstrar essa sustentabilidade.

Quem viver verá.

*Engenheiro Florestal e Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia

Nota: Publicado originalmente neste [link](#)

*Diretor de Concessões e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro até 2011

Publicado: quinta-feira, 19 de janeiro de 2012, 15h44.

Serviço Florestal inicia concessão de 300 mil hectares de florestas no oeste do Pará

Área é destinada ao manejo florestal sustentável para a produção legal. Pré-edital traz novos procedimentos para ampliar acesso de empreendedores do setor

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) iniciou o processo de concessão florestal em cerca de 300 mil hectares na região de influência da BR-163, no Pará, na Floresta Nacional do Amana. A área está dividida em três unidades de manejo: uma com aproximadamente 30 mil hectares, outra de 133 mil hectares e a maior com 140 mil hectares.

O [pré-edital](#), documento que traz informações preliminares sobre a concessão e sobre como concorrer à licitação, já está disponível para consulta. Também já foram marcadas as audiências públicas, que ocorrerão nos dias 31 de janeiro em Itaituba (PA) e 2 de fevereiro em Jacareacanga (PA). As sugestões feitas pela população nessas audiências auxiliarão na elaboração do edital de licitação, previsto para ser lançado no primeiro semestre deste ano.

A concessão visa estimular o aumento da oferta legal e sustentável de madeira em uma região antes conhecida pelo desmatamento. “A região da BR-163 precisa ter a retomada da economia florestal madeireira, mas não nos moldes anteriores, e sim por meio das concessões florestais, sem grilagem, e com empregos qualificados e de longo prazo”, diz o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel.

Melhorias

A licitação é voltada a empreendedores do setor madeireiro de diferentes portes, e aqueles que apresentarem as melhores propostas assinam um contrato que permite realizar manejo, ou seja, a extração sustentável de madeira na área por até 40 anos.

Neste pré-edital, o SFB adotou novos procedimentos para ampliar a participação dos candidatos. Uma das principais mudanças foi o estabelecimento de um preço mínimo único pelo metro cúbico da madeira em R\$ 31,45.

Se considerado o valor mínimo, o pagamento anual pela extração sustentável de madeira deve alcançar R\$ 4,6 milhões por ano. Quando a concessão estiver em plena operação, a expectativa é de que sejam produzidos, anualmente, 146 mil metros cúbicos do produto.

Outra mudança é a possibilidade de o candidato vencedor pagar a garantia em três fases (antes da assinatura do contrato, após a aprovação do plano de manejo e após a aprovação do segundo plano operativo anual). Anteriormente, o pagamento era feito em uma única parcela, antes da assinatura do contrato.

Pequenas empresas, cooperativas e associações são ainda isentas de pagar os custos do edital e terão desconto de 80% no preço das auditorias independentes.

Veja as datas, locais e horários das audiências:

Itaituba

Data: 31 de janeiro, terça-feira

Local: Instituto Federal do Pará, Campus Itaituba - Estrada do Jacarezinho, s/n -

Bairro Maria Madalena

Horário: 14h

Jacareacanga

Data: 2 de fevereiro, quinta-feira

Local: Centro de Referência e Assistência Social - Rua Brasilino Barbosa, s/nº

Horário: 14h

Publicado: sexta-feira, 13 de janeiro de 2012, 15h46.

Serviço Florestal participa de encontro na França sobre florestas

O Serviço Florestal Brasileiro participa nos dias 11 e 12, em Paris (França) da conferência *Florestas Tropicais: Progressos e Novos Desafios*. O órgão será representado pelo diretor-geral Antônio Carlos Hummel, que apresentará, em uma das sessões plenárias, a experiência do Brasil na área de gestão e manejo sustentável de florestas. O evento é promovido pelo governo francês, por meio do Ministério das Relações Exteriores e Europeias, Ministério da Agricultura e Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial. Entre os temas que serão debatidos estão governança, serviços ambientais, florestas de produção, investimentos no setor florestal e florestas e demanda por energia.

Publicado: segunda-feira, 09 de janeiro de 2012, 15h48.

Gestão de florestas públicas terá 15 milhões de euros

Recurso será disponibilizado pelo governo alemão por meio do banco de desenvolvimento KfW e prevê investimento na implantação de flonas, apoio à capacitação em manejo, à silvicultura e à utilização de resíduos

As ações para gestão das florestas públicas e seu uso sustentável receberão 15 milhões de euros, segundo acordo firmado entre o governo brasileiro e o alemão, por meio do banco de desenvolvimento daquele país, o KfW, em 29 de dezembro. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) será um dos executores das atividades, juntamente com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os recursos serão usados no Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, que prevê a implementação de 17 florestas nacionais (flonas) situadas no Pará, Acre, Amazonas e Rondônia, e também para a capacitação em manejo florestal sustentável, fomento à silvicultura com espécies nativas e difusão tecnológica em utilização de resíduos florestais, além de fortalecimento do SFB e do ICMBio.

O gerente de Planejamento do SFB, José Humberto Chaves, diz que os recursos ajudarão a fortalecer as estratégias de conservação da floresta, como as

concessões florestais, que permitem a empreendedores realizar o manejo em florestas públicas. “A implementação das flonas fará com que elas tenham condições de receber as concessões e vai dar mais agilidade a esse processo”, diz.

As flonas incluídas no acordo terão sua área demarcada, plano de manejo da unidade de conservação elaborado, infraestrutura básica construída e conselhos consultivos implementados.

Segundo Chaves, as demais atividades do Projeto complementam e fortalecem o rol de ações para promover o manejo. É o caso do apoio à capacitação. “Esta é uma ação fundamental para que, tecnicamente, o manejo seja mais bem executado”, diz. A ideia é realizar cursos para técnicos, operadores, engenheiros, comunitários e tomadores de decisão.

Já o apoio à silvicultura visa a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Amazônia para atividades de recuperação e plantio nas áreas degradadas em florestas públicas e assim como a ação em capacitação, será precedida de estudos sobre viabilidade. Na parte de aproveitamento de resíduos, planeja-se a instalação de unidades piloto de produção de pelets (pequenos bastões de serragem prensada) e de briquetes (“lenha ecológica”).

O Projeto terá duração de quatro anos e concentrará suas ações na região de influência da BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém) e na região Purus-Madeira (sul e sudeste do Amazonas e Rondônia).

A cooperação prevê, como contrapartida do governo brasileiro, investimentos de cerca de R\$ 58 milhões em bens e serviços. O Projeto será executado pelo Ministério do Meio Ambiente por meio do SFB e do ICMBio e contará com um Comitê Estratégico, Coordenação Executiva e Unidades de Execução no Serviço Florestal e Instituto Chico Mendes.

Publicado: segunda-feira, 09 de janeiro de 2012, 15h47.

SFB participa de criação de selo sobre Árvores Brasileiras

Pesquisadora do Laboratório de Produtos Florestais é uma das autoras do texto explicativo que acompanha o edital de lançamento da peça



O conjunto de quatro selos lançados pelos Correios com o título Árvores Brasileiras – Tesouros Naturais contou com a participação e auxílio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na elaboração dos textos informativos sobre o título das peças e do texto explicativo do edital.

A pesquisadora do Laboratório de Produtos Florestais do SFB Vera Coradin e o professor da Universidade de Brasília Manoel Cláudio da Silva Jr. foram convidados para escrever sobre as características das árvores e das florestas. O ano de 2011 foi declarado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional das Florestas.

O conjunto de selos Árvores Brasileiras – tesouros naturais faz parte de uma emissão especial dos Correios, que conta também com uma dobradura, em formato de cubo, para ser montada sobre uma lâmina de madeira de cedro. A identificação da espécie da madeira foi realizada pela pesquisadora Vera. Cada selo e face do cubo apresenta uma mesma árvore em diferentes estágios de formação. O tronco é formado pela palavra “vida”, e o solo, por “preservação”.

A copa da árvore é composta por nomes de espécies de madeiras conhecidas no Brasil, entre as quais Jacarandá, Cabreúva, Mogno, Peroba e Jatobá. Em cada peça do conjunto há uma parte de uma mensagem. Quando unidas, formam os dizeres “As árvores nascem, crescem, frutificam, dão proteção e abrigo,

copas abertas para o sol e a chuva, fornecem o ar que respiramos, devolvendo a VIDA à natureza”.

Para a pesquisadora do SFB, o material cumpre um papel educativo. “Os selos e outros materiais ajudam a esclarecer as pessoas sobre a importância de preservar as árvores e permitem atingir mesmo o público que não tem acesso a jornal ou internet”, diz.

Edital

Curiosos e colecionadores irão descobrir no edital, que as árvores são os seres vivos mais longevos do planeta. Há registros de espécies que atingiram 5 mil anos, e de arbustos na América do Norte e na África que podem ter chegado aos 11 mil anos.

Os autores compararam uma floresta a um condomínio, onde uma infinidade de relações biológicas se estabelecem. Explicam que algumas árvores preferem os andares mais baixos, mais úmidos e frescos, enquanto outras preferem os locais mais altos, com insolação e ventos marcantes.

O texto traz ainda informações sobre produtos e serviços fornecidos pelas árvores que são essenciais para a sociedade, como oxigênio, água e atmosfera limpos; contenção e fertilização dos solos; sombra; madeira; medicamentos; alimentos e cosméticos.

Segundo o edital, os selos ratificam a necessidade de propagar a importância das árvores à vida e incentivam as ações de conscientização e preservação desse patrimônio ambiental. “O homem não vive sem fazer uso de algum produto originado das árvores. Por isto devem ser cuidadas para que se possa sempre usufruir da infinidade de bens que elas disponibilizam”, diz o texto.

Veja aqui [mais informações sobre o selo](#).

Publicado: domingo, 01 de janeiro de 2012, 15h49.